

APRESENTAÇÃO

Revista da Procuradoria-Geral do Estado do Piauí — Volume 1 (2025)

A Procuradoria-Geral do Estado do Piauí tem a honra de apresentar o Volume 1 da sua revista, instituída pela Resolução CSPGE n.º 01, de 24 de fevereiro de 2025, como instrumento de promoção da pesquisa, difusão científica e valorização da advocacia pública piauiense.

O lançamento deste volume inaugural, coincidente com as comemorações do Dia do Procurador do Estado do Piauí, em 6 de dezembro de 2025, marca um momento histórico na consolidação do compromisso institucional da PGE com a produção e a circulação do conhecimento jurídico. A revista nasce com o propósito de integrar a reflexão teórica e a prática da advocacia pública, projetando o papel da instituição na defesa do interesse público e na formulação de políticas públicas voltadas à concretização dos direitos fundamentais e do desenvolvimento econômico e social.

O conteúdo deste primeiro volume revela a amplitude e a atualidade temática que caracterizam a atuação da Procuradoria-Geral do Estado. Os artigos publicados abordam diversos ramos do Direito e suas interfaces com a administração pública,

articulando saberes de direito administrativo, constitucional, tributário, financeiro, ambiental e econômico. Essa diversidade reflete o caráter transversal da advocacia pública e sua relevância para a efetividade da atuação estatal na realização de direitos constitucionalmente reconhecidos.

Entre os trabalhos reunidos, destacam-se estudos sobre gestão da dívida ativa e uso de tecnologias aplicadas à Administração Pública (*Análise de Redes Sociais – SIRDATA*), saúde mental e relações laborais no serviço público, regime jurídico das contratações públicas (Lei n.º 14.133/2021), tributação da renda e deduções educacionais, uso de *blockchain* e *smart contracts* na gestão pública, interpretação de lei e precedentes judiciais, advocacia pública e precedentes do STJ, analogia no Direito Tributário, aspectos médico-periciais no processo disciplinar, critérios de duração contratual em contratações públicas e a evolução institucional das políticas públicas de saneamento básico no Brasil.

Essa seleção demonstra o eixo temático que orienta a revista: a análise crítica e interdisciplinar das transformações jurídicas do Estado e suas funções contemporâneas, com ênfase nas interfaces entre o Direito e a gestão pública.

A publicação adota metodologia inovadora, baseada em revisão por pares duplo-cega, avaliação científica por mestres e doutores e verificação de originalidade, conforme os padrões editoriais definidos pelo Conselho Superior da Procuradoria Geral do Estado do Piauí. Busca, assim, assegurar rígido controle de qualidade, inéditos estudos de natureza aplicada e divulgação de práticas institucionais exitosas, aproximando o universo acadêmico da experiência concreta da advocacia pública.

Com esta edição inaugural, a Procuradoria-Geral do Estado do Piauí reafirma sua convicção de que a produção e intelectual é dimensão essencial da defesa do interesse público, e que o

fortalecimento do Estado de Direito passa pela reflexão científica e pela difusão de conhecimento jurídico qualificado.

Teresina, 6 de dezembro de 2025.

Francisco Gomes Pierot Júnior
Procurador-Geral do Estado do Piauí